



ATENÇÃO PRIMÁRIA, DIVERSIDADE E DESIGUALDADE: REFLEXÕES SOBRE O ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Eixo Comunitário: Gênero, Sexualidade e Saúde Coletiva

Wallace Grangeiro Coelho
Universidade Federal do Cariri - UFCA
coelho.wallace@aluno.ufca.edu.br

Víctor Marcel Gonçalves Oliveira
Universidade Federal do Cariri - UFCA
victor.marcel@aluno.ufca.edu.br

Estelita Lima Cândido
Universidade Federal do Cariri - UFCA
estelita.lima@ufca.edu.br

RESUMO: O presente trabalho propõe uma reflexão crítica acerca das barreiras enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ em um município de pequeno porte, especialmente no que se refere ao acesso a um acolhimento adequado e à garantia do cuidado integral no âmbito da saúde coletiva. A análise parte da perspectiva de um profissional de saúde atuante na Atenção Primária à Saúde (APS), cuja atuação cotidiana revela as complexidades e tensões que permeiam as práticas de cuidado diante das especificidades dessa população. Em localidades marcadas por estruturas socioculturais conservadoras e forte influência de valores heteronormativos, observa-se uma expressiva negligência institucional em relação às identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes. Pessoas trans, travestis e demais sujeitos cujas expressões e corporalidades não correspondem ao sexo biológico atribuído ao nascimento são, frequentemente, submetidas a situações de desrespeito, invisibilidade e violência simbólica. Apesar das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconizam a universalidade, a integralidade e a equidade, a prática cotidiana demonstra a persistência de lacunas estruturais e formativas que comprometem o acesso digno e humanizado dessa população aos serviços de saúde. Diante das reflexões aqui desenvolvidas, conclui-se que o enfrentamento das barreiras vivenciadas pela população LGBTQIAPN+ em municípios de pequeno porte exige mais do que a simples observância das diretrizes normativas do SUS. Impõe-se a necessidade de uma reconfiguração profunda das práticas em saúde, alicerçada na escuta qualificada, no reconhecimento das múltiplas vulnerabilidades e na promoção ativa da equidade. Essa transformação, contudo, não se



concretiza sem o investimento contínuo em processos educativos — formais e informais — que sensibilizem e capacitem profissionais de saúde para a atuação ética, crítica e comprometida com os direitos humanos. A educação, nesse contexto, figura como ferramenta estratégica e imprescindível: é por meio dela que se rompe o ciclo de reprodução de estigmas e se fomenta uma cultura institucional pautada na diversidade e no respeito às identidades dissidentes. Além da formação técnica, é urgente a incorporação de abordagens interseccionais nos currículos da área da saúde, bem como o fortalecimento de espaços de escuta e participação social que incluam as vozes da própria comunidade LGBTQIAPN+. Tais iniciativas devem ser acompanhadas por políticas públicas específicas que garantam financiamento, monitoramento e avaliação contínua das ações, especialmente nos territórios onde o conservadorismo cultural impõe desafios adicionais à efetivação de direitos. Somente ao conjugar saberes, práticas e vivências será possível construir um cuidado em saúde verdadeiramente integral, que transcenda a lógica biomédica e se fundamente na valorização da dignidade de todas as pessoas.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Minorias Sexuais e de Gênero; Acolhimento.